

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE SANTOS – CONCULT, REALIZADA NO AUDITÓRIO DO MUSEU DA IMAGEM E DO SOM DE SANTOS – MISS, NO DIA 19 DE MARÇO DE 2018.

Às 19h10, foi iniciada a reunião. O presidente do Concult, Júnior Brassalotti começa com alguns assuntos gerais:

Pauta número 1: Informes, moções e assuntos gerais:

- Leitura do e-mail da Secretaria de Desenvolvimento Social a respeito da fusão de duas Secretarias: SERIC e SEAS, originando a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES), será necessário rever a paridade das Secretarias nos Conselhos.

Foi feita uma fala em relação a um crime recente de racismo na Rodoviária de Santos, onde o estudante Ketinho Oliveira foi agredido por um segurança e foi lembrado, também, o caso não solucionado do assassinato do funcionário Dudu, que trabalhava na Cadeia Velha, que aconteceu no banheiro do Terminal Rodoviário, em 2004. Para o caso do racismo, houve uma mobilização em frente à Cadeia Velha, saíram matérias na imprensa. Brassalotti sugere uma moção de repúdio por parte do Concult, que o Conselheiro Orlando também leve isto ao Conselho da Comunidade Negra, e que o Conselho também pense em fazer algo semelhante em relação ao caso da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco.

Orlando, Conselheiro de Produção Cultural, fala sobre o ato de denúncia cidadã na Tribuna Cidadã na Câmara de Santos, na mesma data (19 de março), às 17h00.

Caio Martinez acredita que o Conselho de Cultura deve abarcar um pensamento muito mais profundo em relação à sociedade. A arte simboliza o pensamento. Há dois anos atrás, ele socorreu um morador de rua que teve traumatismo craniano, pois o segurança chutou seu rosto enquanto ele estava desmaiado no chão. A maioria dos seguranças da rodoviária são PM's que estão fazendo "bico" dentro da empresa.

Brassalotti afirma que o Coletivo de Teatro já recebeu algumas ameaças e questiona: "Quem pensa diferente deve ser assassinado?". Ele declara que o Conselho precisa publicamente se posicionar, que não podemos relativizar.

Benedito Andrade Fernandes, representante da Liga das Escolas de Samba, afirma que existe uma inversão de valores muito grande em nosso país, o trabalhador vira bandido, e o bandido vira trabalhador. Sugere uma reunião junto à Polícia Militar, à Civil, para discutir estes pontos, pois muitas vezes, segundo ele, os moradores de rua também causam furtos. Declara os políticos defendem bandidos, e os direitos humanos também.

Brassalotti acredita que é necessário discutir a Cultura, assim como Segurança Pública, Direitos Humanos, e vários outros assuntos, pois a Cultura resvala em todos eles. Segundo ele, as discussões junto às Polícias já estão em consonância com a Política Militar para acertos de ajustes de conduta. O Conselho tem conversado há muito tempo com a Guarda Municipal, porém a postura não tem mudado, muito pelo contrário, tem enrijecido cada vez mais. Direitos humanos é empatia pelo ser humano. Uma pessoa com Cultura não agrediria aquele rapaz.

Júlio Mad afirma que muitos artistas já foram impedidos no Gonzaga pela Guarda Municipal, fala também sobre o caso de machismo do antigo Secretário, e que vê muitos companheiros apanhando nas ruas por estar trazendo festa e entretenimento. É necessário falar de Segurança Pública também (ele ressalta o caso da criança brutalmente estuprada e assassinada perto do Mercado Municipal).

Brassalotti afirma que o Secretário de Segurança Pública está em consonância com o Conselho, que são necessários mais espaços de cultura e lazer, mas nada foi feito, nada foi implementado. Caio Martinez afirma que a classe é oprimida, que não tem o direito de

expressão, e isso é um direito humano. Uma parcela expressiva da população não tem acesso aos direitos humanos. É necessário fazer eventos na periferia de Santos.

É preciso estar seguro nos espaços públicos, porém não pode ocorrer repressão. É necessário segurança pública no Centro de Santos.

Pauta número 2: Ata anterior aprovada.

Pauta número 3: Requerimentos não respondidos pela Secult:

- Orquestra Sinfônica: Wellington esclarece que ficou definido que se vai solicitar as trinta e duas vagas (não dizendo que está aprovado), isto será encaminhado à Secretaria de Gestão, a Secretaria irá se manifestar quanto ao impacto orçamentário, e trazer a decisão final. Um músico (representante da Orquestra) irá acompanhar todo este processo em conjunto com a Secretaria de Cultura. Uma associação gerida pelos próprios músicos para captar recursos extras também será discutida.

- Tombamento histórico das catraias (meio de transporte centenário): requerimento não encaminhado que será transformado em proposta.

- Patrimônio Histórico: está devendo alguns projetos para encaminhar e articular.

- Carta de repúdio à FAM: também falta.

- Reunião do Brassalotti com o Secretário de Governo Rogério Santos: mesmos assuntos que já vem sendo tratados junto ao Concult (reiterar demandas antigas).

- Levantamento dos móveis abandonados de Santos (Ofício de 16 de agosto de 2017): não houve devolutiva até então. Moradia social para artistas, demanda do Plano Municipal de Cultura: oferecer imóveis abandonados em condição de uso para moradia social de artistas, onde o aluguel seria uma proposta artística no local, algo no entorno etc. Revitalização do Centro. A proposta é enviar todos os encaminhamentos novamente. Será encaminhado.

- O conselheiro Vinicius Cesar Sérgio, não está mais como Assessor Técnico, está na função de Coordenadoria de Teatros.

- Ingressos de espetáculos que aconteciam em imóveis públicos para membros do Conselho da Sociedade Civil: será reencaminhado.

- Pagamento de serviços prestados na Concha Acústica (RPA): projeto com valores muito maiores do que outros projetos. Integrantes da banda Aliados receberam uma série de cachês via RPA, em seis ou sete datas, e não se tem notícias do que foi feito. É um caso de Ministério Público, pois não houve retorno do Requerimento Oficial.

Caso Banda Aliados: o conselheiro Wellington Lima, do gabinete do secretário, requisitará os processos para verificar onde ocorreram as apresentações.

Caso Projeto MPB Concha Acústica: Wellington alega que foi um projeto aprovado pelo Secretário da época, e que o Secretário tem o direito de escolher o projeto/política cultural que ele julgue interessante, assim como qualquer cidadão pode apresentar seu projeto ao Secretário alegando a utilização de recursos: Assessoria de imprensa, uso de estúdio etc, e ter seu projeto aprovado, ou não.

Luiz Peres informa que “baixou” vários cheques do RPA através do site da transparência, e é evidente que alguns pagamentos merecem certos questionamentos, e que o modelo de contratação via edital seria o mais correto, pois geraria maior confiança entre os participantes do edital.

Caio também afirma que é importante encaminhar isso para que a Secretaria de Cultura não vire um “balcão de negociação”.

O conselheiro Wellington ficou de trazer a data do requerimento para verificar qual Secretário aprovou o projeto MPB na Concha Acústica, assim como as informações detalhadas dos gastos do projeto.

- Carta à Secretaria de Educação solicitando o retorno das funcionárias Dra. Virgínia e Sandra Petti: foi discutido mais à frente.

- Local de Casa de Cultura Hip Hop: não houve requerimento na época, porém será encaminhado de acordo.

- Escola livre de cinema: também deve ser encaminhado.

Pauta número 4: Discussão sobre medidas legais impostas às bandas de Carnaval:

Brassalotti reitera a importância dos representantes do Carnaval no Conselho para discutir questões importantes, como segurança em eventos.

Luciana Cruz informa que houve uma reunião das bandas junto ao vereador Zequinha, que está “puxando” esta pauta, sobre os desmandes que aconteceram neste Carnaval, para que não ocorram mais, e para que as bandas não sejam colocadas em lugares fixos, que possam ocorrer livremente nos seus bairros como sempre ocorreu. Muitas bandas já foram retiradas, e a segurança pública deve fazer o seu papel de proteger a população, ao invés de “manter” a Banda em um local fixo. Luciana também informa que ocorrerá uma Audiência Pública na Câmara no dia 20 de março às 18h30, com estas mesmas pautas.

Thiago, da Banda Vila Lindóia, afirma que a intenção é que não acabem com as bandas, pois as polícias preferem acabar com as bandas, do que dar um respaldo maior na segurança para quaisquer eventos realizados na cidade.

Evaldo, representante de outra banda, informa que teve uma banda interrompida pela polícia. Algumas outras bandas também tiveram problemas. Douglas, que participa de algumas bandas (Jabaquara e outras), afirma que o maior problema são os maus elementos que estão dentro das bandas, e as prejudicam. Não deve ocorrer repressão, devem ocorrer reuniões com as Polícias para solucionar este problema.

Wellington declara que, de uns 2 anos para cá, 80% das reclamações que recebeu da Ouvidoria foi sobre bandas, e o Ministério Público cobra uma ação sobre isso. A sociedade cobra providências contra isso. Existe uma ponta (Conselho de Cultura), e outra ponta da sociedade que quer acabar com isso, e a Secretaria tem que intermediar os dois lados (poder moderador). O problema é o pós banda. É necessário que haja consenso entre Conselho de Cultura, Secretaria de Cultura, bandas, polícias, Ministério Público e bairros (comunidade local), para que as bandas não terminem.

Júlio Mad também propõe que os representantes do Carnaval estejam presentes no Conselho, e também os conheçam, pois eles também fazem blocos de ocupação de rua. As pessoas como banda, e como blocos de ocupação, devem se conhecer, para ter demandas para trazer ao Conselho, e também chamar questões para as Audiências Públicas.

Caio Martinez afirma que a ocupação no espaço público é a maior ação de dar vida ao Centro de Santos, possui um potencial gigante de turismo, um perfil de uma cidade libertária, de direito ao espaço público. Com o decreto, poucas festas conseguiram se adequar. Nesse espaço vazio, os “rolêzinhos” ganharam força, e são anárquicos. Existem as questões de segurança, assalto, uso de bebida alcoólica por menores, mas cabe ao poder público pensar em uma política para poder aproveitar o que há de melhor nisso. Tem que haver um jeito para que todas as pessoas tenham a liberdade de usar os espaços públicos da cidade, pois, muitas vezes, elas não têm dinheiro para ir em locais pagos. Nem sempre a abordagem da polícia é adequada.

O Presidente da Liga informa que havia muita reclamação da Ouvidoria, do Ministério Público. Nos pós banda, pós ensaio, chegavam pessoas de tudo quanto é lado, e o Macuco virava um “inferno”, e, por conta disso, o bairro está abandonado. Na Zona Noroeste, ninguém quer banda na sua porta. A geração de jovens e adolescentes de hoje não respeita nem o pai, nem a mãe, e nem mais ninguém. É necessário haver pulso. A partir da banda da Vila Belmiro, a Polícia passou a reprimir. O direito de ir e vir acabou, as festas carnavalescas na praia acabaram. Não é na época do Carnaval que as bandas têm que se unir, deve ser o ano todo, para encontrar uma saída para estes problemas. É necessário haver controle para evitar problemas maiores, como morte.

Júlio Mad faz uma proposta de trabalho social nos bairros com os adolescentes de cada bairro através da música, arte, um trabalho de conscientização dos locais, durante o ano.

João Paulo propõe a construção de uma política pública que abarque a conscientização (noção de pertencimento) do carnaval em toda a cidade (nas escolas, com a população, por exemplo), para não chegar a atitudes extremas.

Todos entram em consenso que todos devem comparecer na Audiência Pública para tentar encontrar uma solução para este caso das bandas, assim como os representantes do Carnaval também devem comparecer e participar do Conselho de Cultura.

Pauta número 5: Discussão sobre o modelo de gestão do Teatro Rosinha Mastrângelo:

Brassalotti inicia a pauta solicitando a opinião dos diversos segmentos, além do teatro.

Caio Martinez pede a palavra, e diz que temos que encontrar um modelo de gestão do Teatro Rosinha Mastrângelo que seja diferenciado dos outros, que se possa pensar nele como um espaço público. A Secretaria de Cultura também poderia designar uma pessoa competente para participar desta construção de gestão. Otimizar o custo de reforma do Teatro, e dar a ele uma roupagem diferente. Wellington afirma que a ideia da Secretaria é fazer um Centro de Convivência, tornar aquele espaço um espaço de ocupação, uma administração conjunta.

Brassalotti informa que houve uma reunião específica sobre orçamento, cultura, legislação, e que alguns vereadores podem reservar emendas para garantir um ano de programação.

Thiago Wiggert, assessor da vereadora Audrey Kleys, se compromete a mediar e fazer os ouvidos do Conselho junto aos colegas da Câmara dos Vereadores para trabalhar nesta demanda, para que haja uma programação contínua.

Luiz Peres, convidado, pede a palavra e afirma que é importante aprender a gerir a cultura, e sua sugestão é de a que administração realmente seja compartilhada, que a criação das regras seja compartilhada.

Caio Martinez sugere uma reunião ampliada, fazer um comunicado para debater o uso do Teatro, convocar as pessoas interessadas e debater. No Plano de Cultura, tinha sido provocada uma questão de se criar um cadastro de artistas, uma comprovação de história na arte tantos anos, que tivessem comprovadamente abaixo do nível de pobreza, para serem incluídos num programa de assistência social. Uma parceria entre a Secult e a Secretaria de Assistência Social para um chamamento dos interessados em se inscrever.

Brassalotti questiona se há uma previsão para a reunião do Rosinha Mastrângelo. Wellington afirma que é necessário cada representante de suas áreas ter os dados necessários pautados, desta forma, a reunião poderá ser realizada, até para trazer algo mais concreto.

Brassalotti retorna à pauta Assuntos Gerais:

- Carta à Secretaria de Educação solicitando o retorno das funcionárias Dra. Virgínia e Sandra Petty.

- Moção de repúdio ao racismo (caso do estudante Ketinho Oliveira, na Rodoviária), estendendo, e uma paralela em relação à Marielle: Aprovado por unanimidade.

- Reunião com o Secretário de Estado da Cultura em Itanhaém: Wellington informa que foi discutido a descentralização da Virada Cultural, e a ideia do “Colar Cultural” para as cidades se comunicarem culturalmente. Caio informa que existe uma verba contingenciada que é do circuito cultural paulista de artes, e está sendo pensado em separar uma parte dessa verba, e fazer o Circuito Regional Cultural Paulista (projeto piloto no Estado), foi falado do artista de rua a nível Estadual, também sobre a Cadeia Velha, foi mostrada uma apresentação detalhando todos os programas da Secretaria de Cultura do Estado e quais cidades da região que acessam cada programa. Romildo se comprometeu a contratar um funcionário do governo do Estado da Cultura, como representante da Secretaria de Cultura do Estado na região, que irá cuidar exclusivamente da pauta da Cadeia Velha, da agenda de ensaio, apresentação, festival, e será essa ponte de comunicação entre as cidades. A Secretaria do Governo de Estado não se comprometeu não só com os representantes do Conselho, eles mesmos falaram que a Cadeia Velha é um equipamento das nove cidades, e que o Convênio é para realização de oficinas na Cadeia Velha, inclusive para manter o nome Oficina Pagu.

Brassalotti alerta que as Oficinas estão abertas, e pede aos Conselheiros que divulguem esta informação, para todos os segmentos. O Conselheiro Orlando pediu a possibilidade de um “tira-teima”, uma extraordinária para quem tiver dúvida sobre as inscrições (Raquel se colocou em pré-disposição durante o período todo de inscrição).

João Paulo propõe para a próxima reunião do Conselho uma pauta, e uma pessoa para tirar dúvidas dos feirantes com relação à inauguração, prazos, estrutura, gerenciamento etc, referente à obra da Praça em frente ao Sesc.

A Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Cultura foi encerrada às 22h03, ficando convocada a próxima Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Cultura para o dia 16 de abril, às 18h30, em primeira chamada, e às 19h, em segunda chamada, no auditório do Miss. Sem mais, eu, Théo Cancelllo, redigi e digitei a presente ATA, que por mim segue assinada e pelo Sr. Junior Brassalotti.

JUNIOR BRASSALOTTI

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

THÉO CANCELLO

2º SECRETÁRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA